

Introdução

A crise sanitária da SARS-CoV-2, declarada oficialmente em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desafiou o mundo a reunir esforços para algo que deveria ser uma constante nas nossas ações individuais e coletivas: a defesa da vida humana como prioridade absoluta. Os acelerados casos de contaminações e mortes pelo coronavírus, em todos os continentes, exigiram que famílias, governos e empresas adotassem medidas de cuidado, algumas até vistas como extremas se considerarmos que a lógica de produção de desigualdades do chamado “mundo moderno” tem como uma das suas facetas a constituição de aglomerações – em moradias precárias, em comboios, autocarros, etc. – como indicador de vulnerabilidades. Por isso, além de uma questão sanitária, a pandemia foi, em verdade, uma espécie de atestado sobre a insustentabilidade do modo de vida que nega direitos básicos para muitos e promove privilégios para poucos. Era hora, então, do mundo parar. E, mais do que isso, ser constituído – a partir de agora – em outras bases.

Isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável. Se quisermos, após essa pandemia, reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, é claro que o que estamos vivendo é uma crise, no sentido de erro. Mas, se enxergarmos que estamos passando por uma transformação, precisaremos admitir que nosso sonho coletivo de mundo e a inserção da humanidade na biosfera terão que ser de outra maneira. Nós podemos habitar este planeta, mas deverá ser de outro jeito. Senão, seria

como se alguém quisesse ir ao pico do Himalaia, mas pretendesse levar junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta. Com uma bagagem dessas ele nunca vai chegar. Vamos ter que nos reconfigurar radicalmente para estarmos aqui (Krenak, 2020, p. 26-27).

Na Comunicação o impacto não foi diferente, afinal a pandemia também exigiu, neste campo, uma mirada crítica e uma espécie de giro de 360°. De início, uma constatação: o crescimento expressivo de conteúdos de desinformação, com o intento de desacreditar o conhecimento científico sobre a Covid-19. Mentiras sobre a origem do vírus, sobre medicamentos sem qualquer eficácia comprovada, sobre supostos riscos das vacinas, dentre outras, foram produzidas e circuladas em profusão, a ponto da Organização das Nações Unidas afirmar que estávamos diante de uma *desinfodemia* (Posetti e Bontcheva, 2020).

A COVID-19 tem causado uma pandemia paralela de desinformação que impacta diretamente as vidas e os meios de subsistência em todo o mundo. Falsidades e informações erradas têm provado que podem ser mortais e têm semeado confusão sobre escolhas pessoais e políticas que salvam vidas (ONU, 2020).

Ao mesmo tempo em que a desinformação atinge níveis preocupantes em diferentes partes do mundo, nunca houve também a produção de tanta informação (estima-se que apenas em 2020, ano de início da pandemia, foram gerados 40 trilhões de gigabytes de dados no planeta), escancarando uma espécie de paradoxo da contemporaneidade: nunca se produziu tanta informação e nunca se soube tão pouco sobre a humanidade, como alertado pelo sociólogo francês Edgar Morin, durante numa palestra em 2019, no Instituto Piaget, em Almada, Portugal. Com tanto conteúdo circulando a todo o momento, em que informação confiar? Como separar fatos de opiniões? De que modo buscar conteúdos credíveis? O que, dos links recebidos via redes sociais, é mesmo jornalismo e o que é fake News? São algumas das perguntas feitas dentro de casas, em escolas, universidades e locais de trabalho.

Neste contexto, quais os desafios da comunicação comunitária e do jornalismo de proximidade, entendidos aqui como perspectivas comunicacionais que se propõem a um novo tipo de relação com as pessoas? Quais as potencialidades dessas iniciativas que têm como base fundamental um novo olhar para os territórios em que estão inseridas? Como a comunicação comunitária e o jornalismo de proximidade podem responder à desinformação em larga escala? E de que modo podem contribuir para que a cidadania saiba ler criticamente os conteúdos que acessa? Quais, na comunicação comunitária e no jornalismo de proximidade os lugares das pessoas não-jornalistas no circuito de produção e circulação de informações? Essas e outras questões motivaram a realização do *Congresso Internacional Comunicação Comunitária e Jornalismo de Proximidade num cenário de Infodemia*, ocorrido em 3 e 4 de novembro de 2022, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, Portugal.

Além da reflexão sobre os temas que nomearam o evento, o Congresso buscou se constituir como um ponto de encontro entre investigadores e investigadoras interessados(as) nessas problemáticas, potencializando a produção de pesquisas e outras ações em comum.

Este livro, que é parte deste esforço de visibilizar estudos sobre comunicação comunitária e jornalismo de proximidade, reúne algumas das contribuições apresentadas durante o Congresso. Partimos de uma hipótese: se, como afirmado pela ONU, a desinformação pode ser mortal, a comunicação comunitária e o jornalismo de proximidade, por outro lado, podem salvar vidas. Ou melhor, salvaram vidas durante a pandemia. E é isso que alguns dos trabalhos desta obra procuram evidenciar.

Buscando uma aproximação metodológica, mesmo compreendendo a dificuldade de delimitar fronteiras entre diferentes textos, o livro está organizado em três seções: a primeira mais dedicada à discussão teórica e conceitual; a segunda voltada a análises sobre rádios comunitárias em três países lusófonos; e a terceira inclui reflexões que apontam desafios e possibilidades do jornalismo de proximidade em diálogo com outros campos de investigação.

A **Parte I** é aberta com o texto assinado por Raquel Paiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que fez a conferência de abertura do evento. Na direção da hipótese que apresentamos, a autora argumenta que tanto a comunicação comunitária quanto o jornalismo de proximidade têm potencial de enfrentamento ao ambiente de produção massiva de informações falsas. Ainda nesta seção, João Carlos Correia, da Universidade da Beira Interior, discute a importância dos media regionais e comunitários para a valorização democrática e propõe algumas notas sobre os riscos dos media em contextos comunitários.

A **Parte II** reúne três textos, com contribuições sobre a comunicação comunitária no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal. No primeiro, Paulo Victor Melo, do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, analisa a atuação de três rádios comunitárias localizadas em áreas rurais do Nordeste do Brasil, identificando algumas das ações dessas rádios no que diz respeito à produção de conteúdos sobre a pandemia de Covid-19. No trabalho seguinte, Silvino Lopes Évora, da Universidade de Cabo Verde, aborda a questão da Comunicação para o Desenvolvimento e problematiza sobre a proximidade, a partir de estudo sobre uma rádio comunitária do seu país. A seção é finalizada com um texto Miguel Midões, da Escola Superior de Educação de Viseu e do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, sobre o funcionamento das rádios comunitárias e das rádios locais em Portugal, com foco na discussão sobre a importância de um enquadramento legal que possibilite o registo oficial das experiências que surgem em diversas comunidades do país.

Por fim, a **Parte III** também é composta por três trabalhos. No primeiro, Giovanni Ramos e Luísa Torre, da Universidade da Beira Interior, desenvolvem uma revisão de literatura sobre desertos de notícias e jornalismo comunitário e sem fins lucrativos. O autor e a autora chamam a atenção para a importância de novos modelos de negócios na produção de notícias locais, pensados a partir de uma lógica comunitária. Em seguida, Mateus Noronha e Branco Di Fátima, também da Universidade da Beira Interior, expõem resultados de uma investigação sobre a presença dos media da região Centro

de Portugal no *Facebook* e apontam a necessidade de transição desses media para o ambiente digital, inclusive como estratégia de distribuição de conteúdos e monetização. E, por último, Élmano Ricarte e Giovanni Ramos, da Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação (IADE) e da Universidade da Beira Interior, respectivamente, apresentam um panorama da empregabilidade dos jovens no jornalismo regional português, com dados obtidos por meio de um inquérito a diretores(as) de redações jornalísticas do país.

Como afirmado, este livro – assim como foi o Congresso – é um esforço de estímulo à produção de debates e reflexões sobre a comunicação comunitária e o jornalismo de proximidade, entendidos por nós como temáticas que devem ser objeto de discussão por diferentes públicos, a partir de múltiplos olhares e considerando os diferentes contextos culturais, políticos, sociais e econômicos.

Boa leitura!

Paulo Victor Melo e Pedro Jerónimo